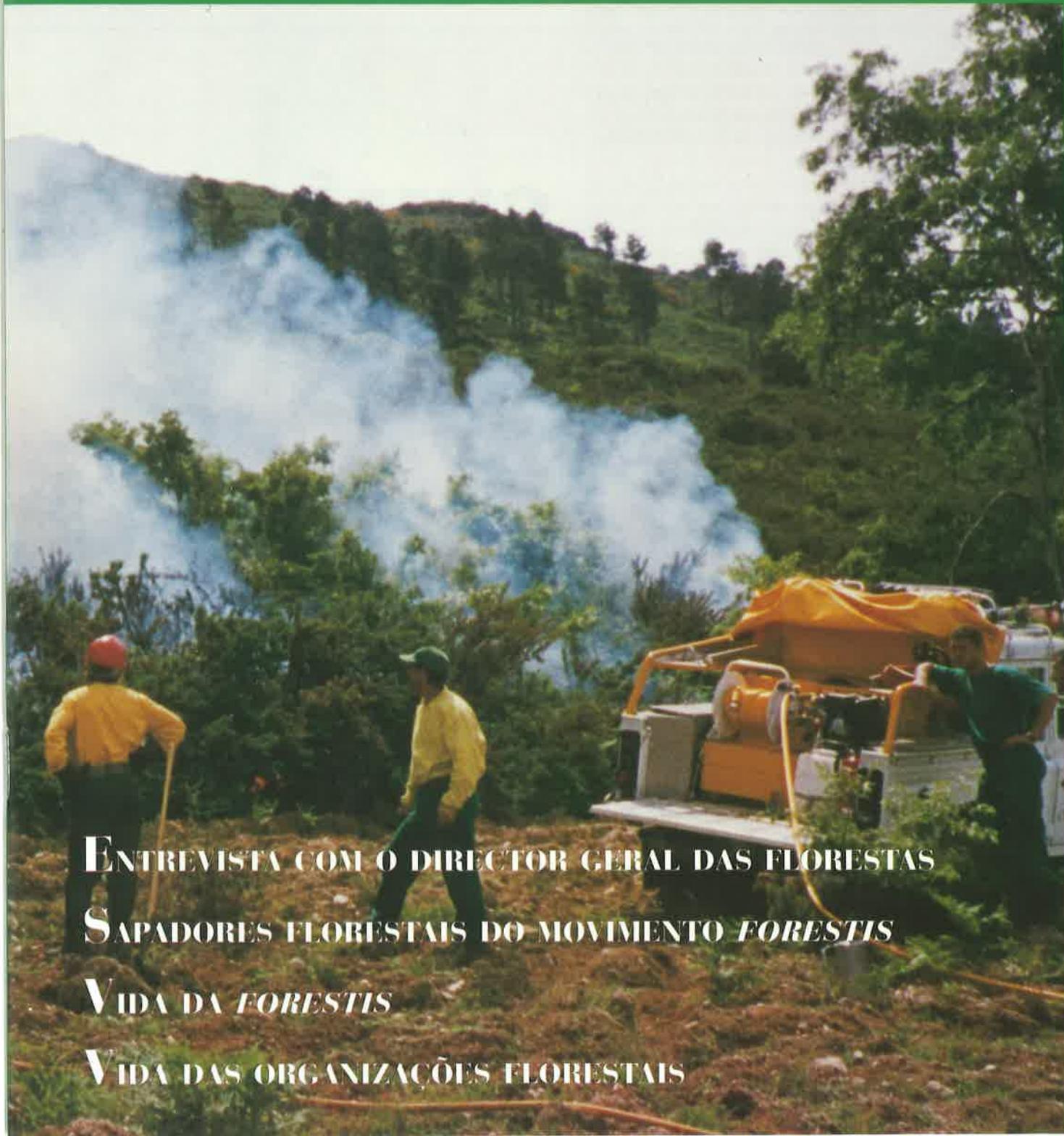




Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL



ENTREVISTA COM O DIRECTOR GERAL DAS FLORESTAS

SAPADORES FLORESTAIS DO MOVIMENTO *FORESTIS*

VIDA DA FORESTIS

VIDA DAS ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS

Agenda

- Feira «Astur Foresta» de silvicultura e aproveitamento florestal, 21, 22 e 23 de Junho de 2001
- <http://www.asturforesta.com> E-mail: asturforesta@asturforesta.com
- I Simpósio del chopo, 9, 10 e 11 de Maio em Zamora, organizado pela «Federación de Asociaciones Forestales de Castilla Y León» E-mail: ASFOZA@teleline.es
- «International Symposium on Economic sustainability of small-scale Forestry», 20 a 26 de Março de 2001, sob a égide do EFI em Jornsuu (LUFRO WORKING UNIT)

SUMÁRIO

Editorial

3

Entrevista

4

Sapadores Florestais

7

Vida da *Forestis*

11

Vida das organizações sub-regionais locais

15



FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 19

EDITADO POR: *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA: ZULMIRA CAMPELO

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ANTÓNIO LOUREIRO, ARTUR MOTA, CARLOS MORAIS, CAROLINA DOMINGUEZ, CATARINA QUINTELA, EDUARDO ROXO, JORGE CUNHA, MACHADO AIRES, NUNO CALADO, ROSÁRIO ALVES, SÉRGIO MARABUTO, SILVA RAMOS, VIANA DA ROCHA, ZULMIRA CAMPELO



EDITORIAL

Três acontecimentos recentes parece-nos importante referir neste editorial para divulgar alguns aspectos essenciais.

1. A *Forestis* organizou um Seminário sobre a «Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa», onde foram focados aspectos importantes para este tema com a contribuição de diferentes técnicos portugueses e estrangeiros.

Para além da entrada em vigor do QCA III e dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, que esperamos venham a ser bons exemplos a seguir, foi muito importante ouvir o que se faz em França, em Espanha e na Noruega.

O representante da SODEF – Sociedade de Desenvolvimento Florestal referiu a sua acção. Constituída apenas por proprietários florestais, tem como missão garantir os financiamentos bancários com juros bonificados pelo Estado francês. Também referiu o apoio fiscal que o governo francês concede aos proprietários florestais em caso de sucessão, no sentido de impedir a fragmentação das propriedades.

O representante da Associação Florestal das Astúrias pôs o acento tónico na fiscalidade sobre o sector florestal, referindo que a partir do ano 2000, há isenções para os proprietários que tenham planos de gestão e ordenamento florestal.

O assessor do Ministro da Agricultura da Noruega apresentou o Fundo Financeiro Florestal, constituído por uma retenção efectuada em todas as operações comerciais com produtos da floresta. A este fundo podem recorrer os proprietários florestais que pretendam investir nas suas propriedades. Este fundo inclui também um seguro contra incêndios florestais e o financiamento de acções de educação.

2. Em Novembro participamos num seminário no âmbito do programa Eurosilvasur sobre o tema da Cooperação Florestal no Sul da Europa. Pudemos constatar que a cooperação está desenvolvida apenas no norte da Europa. Em França as cooperativas florestais tinham um papel pouco importante até ao temporal de Dezembro de 1999. No sul, durante uns dias, o vento derrubou uma quantidade de madeira equivalente aos abates normais de sete anos. Foi então necessário recolher essa madeira, conservá-la e vendê-la. Foi a CAFSA – Cooperativa Agrícola e Florestal Sud Atlântica que levou a cabo esta tarefa. Lá como cá as cooperativas debatem-se com uma questão fundamental: a do seu posicionamento perante o associado fornecedor de produtos agrícolas. Compram os produtos ao associado a um preço que permita à cooperativa obter lucros, ou pagam um preço mais elevado e mais atractivo para o associado ficando então com uma estrutura financeira débil? A solução tende para a primeira posição, sendo por isso pouco interessante os proprietários florestais negociarem com uma cooperativa. Foi preciso um vendaval para os obrigar à intermediação da CAFSA, como a alternativa mais válida.

Em Portugal põe-se ainda outra questão: como regra as cooperativas agrícolas não têm sido capazes de colocar no mercado os produtos dos seus associados. Limitam-se a vender factores de produção, muitas vezes mais caros que

os comerciantes. Apenas quando as cooperativas fazem uma transformação, como as do vinho, do azeite, do leite, têm adesão dos seus associados.

3. No encontro de direcções das organizações filiadas na *Forestis* procurou-se caracterizar este movimento. Foi estabelecido um diálogo muito interessante entre as direcções das associações florestais sub-regionais e a da *Forestis*. Como síntese pode dizer-se que o movimento *Forestis* foi caracterizado por ter nascido no minifúndio, por haver transparência nas actuações, por criar fidelidade com as associadas e ter uma filosofia muito própria:

- é um movimento dinamizador
- faz apelo à participação em debate
- os associados sentem-se parte e não meros números
- e tem uma metodologia própria para o nascimento e crescimento das associações.

Se este QCA III for o último, perguntamo-nos se se irá criar condições para uma gestão sustentável da floresta portuguesa com continuidade. É necessário aproveitar o que ele nos possa dar (e nesta data ainda não está publicada toda a regulamentação) e fazer um esforço muito grande em torno do nosso movimento associativo para se tentar vencer as resistências individualistas. Na floresta, nomeadamente no minifúndio, só uma gestão florestal associada pode ser rendável. Os exemplos doutros países são ilustrativos do que os proprietários florestais fizeram em conjunto com os seus governos. É urgente iniciar um diálogo com as nossas autoridades fiscais no sentido de se conseguir um regime de isenção de IRS/IRC sobre as operações comerciais dos produtos florestais. Com ele será possível obter-se informações sobre o mercado e sobre as produções, que até aqui são muitas vezes ocultadas, indispensáveis à construção de políticas florestais realistas, sem as quais não se sairá do fosso onde nos encontramos. Este será um desafio para a próxima direcção da *Forestis*, de entre outros.

Este é provavelmente o último editorial que escrevemos como Presidente da Direcção. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o bom espírito de colaboração das direcções as organizações filiadas e dos seus representantes nos órgãos sociais da *Forestis*. Agradecemos também aos representantes das entidades oficiais com quem temos tido a honra de colaborar. Também deixamos uma palavra de apreço pelo corpo técnico e administrativo da *Forestis*, que com grande competência e empenho nos ajudou a levar a cabo as muitas tarefas. Fica-nos a sensação de muito ter sido feito e muito mais ter ficado por fazer, mas sobre isto não somos nós o melhor juiz. Sem dúvida a *Forestis* tem vindo a ser cada vez mais reconhecida como a voz dos proprietários florestais nomeadamente do minifúndio. É necessário que os donos das florestas não se alieiem deste movimento que existe para os defender, justificando com força os lugares que a *Forestis* tem vindo a ocupar em organizações nacionais e internacionais como seus representantes.



ENTREVISTA

DIRECTOR REGIONAL DAS FLORESTAS: ENG. CARLOS MORAIS

(Perguntas colocadas pela *Forestis* e respectivas respostas na óptica da DGF)

1 – Senhor Director, como vê o futuro da floresta portuguesa tendo em conta as medidas do Novo Quadro Comunitário?

As medidas do novo QCA constituem uma ementa muito diversificada, dotada de recursos significativamente acrescidos em comparação com os instrumentos que vigoraram entre 1994 e 1999. As medidas e acções previstas para a floresta e o sector florestal, no âmbito das intervenções co-financiadas pelo FEOGA-Orientação e FEOGA-Garantia, conjugam a continuidade (apoio à Silvicultura, Florestação de Terras Agrícolas, por exemplo) com a inovação (Apoio ao Associativismo Florestal, Serviços Florestais, Prevenção de Riscos Bióticos e Abióticos, por exemplo). Os recursos financeiros anunciados, da ordem dos 165 milhões de contos de despesa pública, permitem no período 2000-2006 apoiar um esforço de investimento e de constituição de capacidade nunca anteriormente alcançado.

Nesta óptica, pelo menos uma parte, positiva, do futuro da floresta portuguesa poderá ser atingida. A restante deve ser consequência do empenhamento directo dos principais actores, associativos e empresariais, logicamente suportado pela Administração.

2 – A portaria nº 533 define as orientações para o investimento florestal. Agora um proprietário de 0,5 hectares poderá candidatar-se a um projecto de investimento e obter as taxas de subsídios respectivas, que na arborização são da ordem de 80%. Se o investimento for efectuado via agrupamento, a taxa de subsídio é de 90%. Acha que o investimento agrupado é suficientemente incentivador?

Efectivamente o nível de ajuda a conceder a projectos apresentados, executados e com compromisso de gestão por parte de associações ou

cooperativas florestais relativas a áreas agrupadas de espaços florestais contínuos é de 95%. Este é o nível que reflecte, na realidade, o pleno incentivo ao investimento agrupado, procurando-se através do compromisso de gestão, estabelecer ligações mais sólidas e duradouras entre os associados e as estruturas associativas. A majoração de 5% visando a constituição de espaços florestais contínuos deverá ser encarada como um prémio ao esforço de estruturação de unidades florestais viáveis e mais eficientes.

3 – Quais são as prioridades desta Direcção Geral nos próximos dois anos?

As prioridades da DGF são a obtenção duma total cobertura nacional do território com PROF e a sua efectiva aplicação; a consolidação duma estratégia de Defesa da Floresta contra os Incêndios com ênfase no alargamento da rede de brigadas de Sapadores Florestais e na sua coordenação eficiente; o apoio à elaboração dos instrumentos de gestão florestal (PGF) e dos sistemas de monitorização dessa mesma gestão através dos referenciais de sustentabilidade (critérios e indicadores); o desenvolvimento de um sistema de informação florestal. Ao longo destes próximos anos, e por forma a suportar o arranque eficaz do novo QCA deve a DGF mobilizar as suas competências no sentido de otimizar a participação nas unidades de gestão dos vários instrumentos, AGRO e RURIS potenciando a aplicação das medidas e acções relativas ao sector florestal.

4 – Na sua opinião, qual é o principal papel que as organizações florestais devem desempenhar?

As organizações florestais devem ser agentes activos na promoção das medidas e acções previstas nos programas a vigorar nos próximos sete

anos. Criar condições para a sua sustentabilidade enquanto entidades autónomas do aparelho do Estado e da alternância das políticas deve constituir um objectivo primordial. As organizações florestais associativas, em particular, devem procurar estruturar-se na dupla vertente de representação de interesses e prestação de serviços, reforçando as suas capacidades técnicas e económicas.

5 – Acha necessário um novo modelo de gestão dos baldios? Porquê?

Os baldios representam ainda uma realidade florestal de grande envergadura, apresentando um potencial enorme para crescimento qualitativo e quantitativo. Três opções estão em cima da mesa. Uma é a continuação do modelo de gestão pelas DRA, melhorado em recursos técnicos e humanos e adaptando procedimentos de gestão e fiscalização mais ajustados a uma lógica produtiva. Outra é a organização, de raiz, duma entidade ou entidades empresariais que procedam à gestão desses territórios e respectivos patrimónios e espaços florestais. Finalmente existe outra que será a completa autogestão dos baldios, por livre opção dos compartos, enquadrada pelas leis gerais existentes para a floresta e ainda pelo que os PROF e PGF dispuserem em cada caso.

6 – Qual vai ser a dinâmica desta Direcção Geral em relação aos Planos Regionais de Ordenamento Florestal?

A DGF assume-se como coordenadora dum processo em que às DRA compete a elaboração e a proposta final dos PROF respectivos. Esta função de coordenação implicou, até ao momento, a realização dum «Manual» ou «Guia» para as equipas técnicas das DRA, bem como a disponibilização de alguma base informativa, cartográfica e outra. A DGF ao integrar as Comissões Mistas de Coordenação dos PROF implicará catorze técnicos cobrindo as mais variadas valências que procuram apoiar e contribuir com os elementos necessários para uma visão harmónica do conjunto e assim construir uma primeira geração deste tipo de instrumentos de gestão territorial consistente com os grandes princípios constantes na Lei de Bases da Política Florestal e no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.

7 – Porquê é que os PROF's tardaram tanto a ser regulamentados (4 anos)?

Deduzo que o atraso se prendeu essencialmente com a própria complexidade do tema. A Lei de Bases da Política Florestal é de 1996. O Plano de Desenvolvimento Sustentável foi discutido entre 1997 e 1998, a regulamentação dos PROF e PGF surge em 1999. Esperamos contudo recuperar este tempo graças também à maior maturação destas questões entretanto ocorrida.

No entanto a fase final da produção do instrumento legislativo dos PROF, em 1999, foi condicionada pela publicação e regulamentação da Lei de Bases de Ordenamento do Território, nomeadamente no que se refere ao enquadramento do Ordenamento Florestal no contexto do Ordenamento do Território. Neste caso específico a maior dificuldade encontrada foi a definição do tipo de instrumento que o PROF deveria ser, se plano sectorial ou plano especial, com o objectivo de regular a vinculação dos privados. A solução foi a de constituírem os PROF, planos sectoriais e a vinculação dos privados vir a ser feita via PMOT.

8 – Como avalia o que se tem feito relativamente às brigadas de sapedores florestais?

As brigadas de sapedores florestais ganharam expressão prática logo após a publicação, em Maio de 1999, do instrumento legislativo que as criou. Foi uma corrida contra o tempo que permitiu dispor de 31 brigadas já na «época» de incêndios desse ano. Seguiu-se outra série de brigadas em 2000, na mesma ordem de grandeza. Face aos recursos disponíveis foi a optimização dos contributos existentes nos Ministérios da Agricultura e da Administração Interna. É previsível com base no montante, já aprovado no PIDDAC 2001, obter nesse ano uma razoável cobertura da zona extremamente sensível aos incêndios florestais, existindo neste momento em preparação um programa comum de trabalho para a prevenção dos incêndios florestais entre o MADRP e o MAI. A avaliação do trabalho realizado pelos sapedores florestais é muito positiva, a começar pelas próprias entidades a que pertencem, e constitui um esforço significativo para promover a organização dos produtores florestais (privados e baldios) empenhando-os directamente num conjunto de tarefas que são essenciais à defesa da floresta contra os incêndios e, ao mesmo tempo, criando capacidade técnica e financeira.

9 – A Lei de Bases prevê a criação de um fundo financeiro florestal que tarda a ser regulamentado. Na sua opinião, este fundo é necessário? Como poderia funcionar?

O fundo financeiro para a floresta (FFF) é um imperativo que decorre do artº 18 da Lei nº 33/96 de 17 de Agosto. A mesma Lei de Bases da Política Florestal define o objecto do fundo e prevê a elaboração de regulamentação específica para as receitas do fundo e a gestão do mesmo. A questão mais difícil centra-se na origem de fundos que alimentarão o FFF já que a aplicação está relativamente bem delimitada no articulado da LBFF. Assim a determinação da origem do financiamento prende-se, por exemplo, com o levantamento da impossibilidade da consignação de receitas finais oriundas do sector florestal, impostos ou taxas ambientais, por exemplo sobre os produtos petrolíferos ou o automóvel, ou alternativamente através da viabilidade da constituição de reservas na base de uma percentagem das transferências do FEOGA durante a vigência do III QCA. Poder-se-á também colocar a hipótese do recurso ao mercado, por meio da constituição de um fundo de investimento com unidades de participação cotadas, com direito a benefícios fiscais específicos. As vantagens do FFF são reconhecidamente a credibilização das políticas de médio e longo prazo, libertas dos constrangimentos conjunturais e do aleatório dos fluxos externos para lá de 2006, bem como a capacidade de gerir de forma mais flexível os recursos públicos e a sua aplicação em objectivos precisos e à «medida» das necessidades con-

cretas da floresta portuguesa. A constituição e regulamentação do FFF apresentam-se portanto como uma necessidade inadiável.

10 – Que pensa sobre a certificação da floresta no minifúndio?

A certificação da produção florestal originada em parcelas de pequena e muito pequena dimensão, já de si existentes em explorações elas também de dimensões média baixa, é bastante complexa mas, provavelmente, incontornável. Isto é, sabendo-se que esta matéria fundiária fragmentária vai subsistir por muito tempo e continuar a ser responsável por uma parte considerável do material lenhoso produzido no País, a procura de matéria prima sustentavelmente gerida terá que encontrar neste estrato uma resposta viável sob pena de ficar arredado do mercado ou obter condições de valorização inferiores ao do material certificado. É pois essencial trabalhar em soluções que possibilitem a demonstração da gestão florestal por zonas (freguesia?), agregando explorações que partilham condições homogéneas de silvicultura e exploração florestal. Deste modo a aplicação dos requisitos para a certificação da gestão, que envolvem custos óbvios, tenderá a alargar-se a áreas sucessivamente mais extensas, diluindo encargos e operacionalizando-se mais facilmente com a consequente credibilização. O movimento associativo dos produtores florestais deve desempenhar aqui um papel fulcral.

Carlos Morais

A Forestis

*deseja-lhe
um próspero ano 2001!*



SAPADORES FLORESTAIS

Equipas do Movimento Forestis

Com a oportunidade criada pelo Decreto nº 179/99 de 21 de Maio, algumas organizações do Movimento *Forestis* constituíram equipas de sapadores florestais.

No Quadro seguinte, apresentamos o número de equipas distribuídas pelas organizações filiadas no Movimento *Forestis*.

Quadro 1 – Nº de equipas por organização do Movimento <i>Forestis</i>		
Ano de Constituição	Organização	Nº de Equipas
1999	Assoc. Florestal de Basto	7*
	Assoc. Florestal de Entre Douro e Vouga	1
	Assoc. Florestal do Vale do Sousa	1
	Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho	2**
	Celflor	1
2000	Associação Florestal de Entre Douro e Vouga	1
	Capolib	1
	Portucalea	1
	Urze	1
	Assoc. Florestal do Lima	1
Total		17

* Esta Organização é entidade promotora de 4 equipas e dá apoio na coordenação a 3 equipas de Conselhos Directivos.

** Esta Associação não é entidade promotora de equipas de sapadores, dá apoio na coordenação de 2 equipas de Conselhos Directivos e seus associados.

O número total de equipas do País, criadas até ao momento, corresponde a 64 equipas de sapadores florestais. Assim sendo, as equipas do Movimento *Forestis* **representam 27%** relativamente ao total das equipas criadas ao abrigo do Decreto 179/99

Trabalho desenvolvido pelas equipas

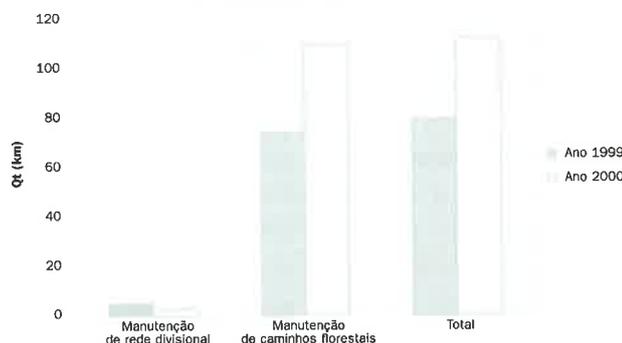
As equipas têm vindo a centrar o seu trabalho ao nível da silvicultura preventiva e a apoio ao combate dos incêndios florestais.

Os gráficos seguintes demonstram o trabalho desenvolvido pelas equipas de sapadores Florestais desde da sua constituição até Novembro de 2000.

Ações de silvicultura Preventiva – Limpeza de matos dentro e fora do povoamento e condução do povoamento



Manutenção e Beneficiação de rede divisional e caminhos florestais



Nota: Estes dados não incluem o trabalho realizado de 4 equipas

Acções de Prevenção e apoio ao combate				
Acção	Nº de Acções		Horas	
	1999	2000	1999	2000
Vigilância das áreas florestais			3983	7009
Primeiras detecções	4	135		
Primeiras intervenções	7	107		
Com sucesso*	1	11		
Sem sucesso**	6	96		
Apoio ao combate aos incêndios	11	99		
Operações de rescaldo	4	123		
Queimadas	0	20		
Acções de sensibilização	0	237		

* Primeira intervenção com sucesso significa que a extinção do incêndio foi realizada pela acção exclusiva da equipa.

** Primeira intervenção sem sucesso significa que, apesar da equipa ter sido a primeira a chegar ao local do incêndio, foi necessária a intervenção do serviço Nacional de Bombeiros para a extinção do incêndio.

Nota: estes dados não incluem o trabalho realizado de 3 equipas

Algumas organizações, no ano 1999, não realizaram acções de prevenção e apoio ao combate devido a não estarem equipadas com viatura e restante equipamento.

Durante a campanha de incêndios, as equipas constituídas em 2000 não foram munidas com nenhum meio de comunicação.

No próximo número serão referenciadas os principais problemas que se tem deparado as organizações e as equipas.

Testemunho de duas organizações



Associação Florestal de Entre Douro e Vouga

O projecto foi lançado. Nós agarramo-lo, conscientes das dificuldades que iríamos ter que enfrentar.

Mas quando se quer, sempre se consegue.

Agora, passado um ano e meio da constituição da primeira equipa e meio ano de

uma segunda, a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga pode congratular-se de estar a contribuir de uma forma activa na protecção da floresta da Região, que era sem dúvida um dos objectivos que tinha delineado.

O esforço tem sido grande. Primeiro, e tratando-se de uma figura nova a operar na área dos fogos florestais, onde outras instituições já o faziam, poderia haver lugar a desavenças e mal entendidos. Para que tal não acontecesse, e como todo o cuidado é pouco, houve sempre a preocupação de dialogar com todos os intervenientes, bem como o de clarificar bem quais as competências destas equipas.

Numa clara aposta de divulgação e afirmação, a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga optou por, na época de fogos que passou, operar exclusivamente na vigilância e operações de apoio ao combate e de rescaldo em total sincronia com os bombeiros, nomeadamente a corporação de Arouca e a de Fajões – Oliveira de Azeméis.

Assim, ambas as partes estabeleceram quais os procedimentos a seguir e a forma de actuação perante os diversos cenários que poderiam surgir.

Foram três meses onde o trabalho não faltou, mas olhando agora para trás, achamos que foi recompensado pelos resultados atingidos. A prová-lo, por exemplo, foram os louvores que o Comandante dos Bombeiros de Fajões atribuiu à nossa equipa pelo desempenho prestado, com o envio de um diploma de mérito. E aqui tudo correu pelo melhor. Ao contrário da outra equipa, esta só se tornou uma realidade porque a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ciente de se tratar de um serviço para toda a comunidade, está a dar o apoio financeiro necessário para cobrir todas as despesas da componente não financiada. Curiosamente este concelho, dentro da área de actuação da Associação, não é aquele que apresenta maior área florestal, mas, talvez, aquele que dá mais valor ao aquilo que possui. E aqui reside a grande diferença entre as duas equipas, uma vez que a outra equipa em questão, durante os meses que actua na prevenção, deixa de efectuar serviços passíveis de serem cobrados aos associados.

Um outro aspecto extremamente importante, e que faz com que se tenha que redobrar a atenção da actuação destas equipas, é que elas são um veículo de divulgação e um instrumento de Marketing da própria Associação, tornando-se muitas vezes os responsáveis pelo juízo que muitas pessoas fazem em relação à actuação desta.

Os sócios começaram também a poder usufruir directamente do trabalho desempenhado por



O equipamento ganhador

Na hora de escolher um bom equipamento para o cuidado e manutenção de matas e zonas verdes, a STIHL ganha, com diferença por garantia e respeito com o meio ambiente.

Moto-serras potentes e de fácil utilização para cortar árvores, podar e enxertar. Desde as mais fáceis electro-serras da Série E, até às potentes STIHL 066 e 088. E a STIHL 036 QS com o seu exclusivo travão de corrente. A mais ampla gama de roçadeiras STIHL para cortar e acabar com o mato em pequenas e grandes superfícies.

Escolha os versáteis corta-sebes STIHL para um corte rápido e impecável para todos os tipos de sebes.

As escavadoras-perfuradoras STIHL são máquinas idóneas para o cultivo e a jardinagem, o reflorestamento e a colocação de postes de qualquer tipo.

Para a conservação e limpeza, as máquinas de lavar de alta pressão STIHL de água fria arrancam a sujidade onde ela esteja... Um perfeito equipamento.

À hora de escolher bem, não se precipite. Com STIHL sairá ganhando.

Consulte o seu Distribuidor mais próximo... Haverá sempre alguém da STIHL perto de Si.

Assessoramento e vendas através dos estabelecimentos de venda da STIHL APARELHOS A MOTOR S.A. em Portugal Continental e Insular. Para mais informações dirija-se a: STIHL APARELHOS A MOTOR S.A. Beloura Office Park. R. do Centro Empresarial Edifício 7 - Piso 0 - Loja 2 - Albarraque 2710 - Sintra - Portugal
Tel. (351) 21 910 82 00
Fax. (351) 21 924 22 18

STIHL®

estas equipas, em acções associadas à prevenção, mas muito mais do que isso, à própria beneficiação dos seus povoamentos, uma vez que na maioria dos casos desempenham acções de condução dos povoamentos onde actuam.

Naturalmente nem tudo corre como esperamos, e uma vez que errar faz parte da condição humana, nós também não fugimos a essa regra, sendo também com os erros que se aprende. Gratificante é quando alguém chega e nos diz: «Aquilo ficou muito bonito!» ou «Está ali um bom trabalho!». São estas pequenas coisas que nos fazem continuar e olhar em frente, mesmo quando os únicos meios de continuar são o nosso empenho e esforço e o apoio dos nossos sócios.

A título de conclusão, aproveito para lembrar que o sucesso destas equipas só é possível se houver de todas as partes com responsabilidade nesta matéria, um envolvimento profundo e uma actuação séria.

Jorge Cunha (Técnico da A. F. Entre Douro e Vouga)

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE BASTO

1º ANIVERSÁRIO das equipas



Um ano após a criação de quatro Equipas de Sapadores Florestais, ao abrigo do Decreto-Lei Nº 179/99 de 21 de Maio, a Associação Florestal de Basto já se sente lisonjeada com a comemoração do 1º aniversário.

Inicialmente, aquando da sua criação, havia alguma renitência e expectativa, não acerca da sua viabilidade, pois sempre achamos uma excelente medida como prevenção de incêndios, mas sim pela forma demasiado rápida com que tudo estava a ser processado.

Por um lado, havia que recrutar os futuros Sapadores, tarefa nada fácil na medida em que dispúnhamos de pouco tempo para o fazer, aliado ao facto de eles próprios não saberem que rumo

iriam dar às suas vidas – será que estava ali a grande oportunidade das suas vidas e finalmente conseguiriam um emprego condigno, ou seria apenas um acto de propaganda política e passado pouco tempo estariam no desemprego? Por outro, havia que arranjar forma de garantir o autofinanciamento dessas Equipas, tarefa não menos facilitada, pois não sabíamos o tipo e a quantidade de serviços que os associados iriam solicitar.

Felizmente, a utilidade dessas Equipas de Sapadores Florestais foi rapidamente reconhecida, os trabalhos solicitados pelos associados são incessantes e julgamos estar a efectuar um trabalho muito proficiente não só para os associados, como para toda a população em geral, contribuindo com uma mais valia para a Floresta, com o concomitante fortalecimento da nossa Economia.

Quanto às questões relacionadas com o seu funcionamento global, não podemos deixar de expressar algumas opiniões, controversas ou não, que se têm verificado nesta região e que gostaríamos de ver amenizadas a curto/médio prazo. Em primeiro lugar, e talvez a questão mais delicada, tem a ver com a coordenação de todas as Entidades que superintendem o combate aos fogos florestais. Em caso de incêndio florestal toda a gente sabe que os responsáveis pelo combate, rescaldo e vigilância ao rescaldo são os Bombeiros, ou melhor, a Protecção Civil. Mas, também toda a gente sabe que em caso de incêndio, para além dos Bombeiros, comparecem ao local os Sapadores Florestais, as Equipas pertencentes às CEFF's Municipais, as Equipas pertencentes aos Serviços Florestais (DRA) e alguns populares. O que é certo é que, aquando do combate, lá vai havendo alguma coordenação entre as diversas Entidades, mas, quando o incêndio está extinto vai cada um para seu lado, uns porque têm que ir jantar, outros porque aquela área não lhes pertence e, na maioria das vezes, não há entendimento nem coordenação e vão todos embora, não ficando ninguém a vigiar o rescaldo e portanto o mais comum é haver reacendimentos, sendo daí que surgem os incêndios mais avultados e com consequências mais dramáticas.

Todas estas situações práticas e reais levam qualquer espectador menos atento a concluir que, em caso de incêndio, é imperativo que haja uma voz forte de comando, entendimento entre as diversas Entidades e acima de tudo que todos se esforcem por defender aquilo que é de todos.

Artur Mota – Eng.
(Associação Florestal de Basto)

VIDA DA *Forestis*

Encontro de Direcções da *Forestis*

A *Forestis* realizou um encontro das Direcções de todo o movimento, em 25 de Novembro. Com um espírito muito participativo e a presença da grande maioria dos dirigentes das organizações sócias da *Forestis*, conduziu-se uma profunda reflexão sobre as características deste movimento associativo e as suas linhas estratégicas assim como a eficiência da resposta deste modelo associativo aos desafios do sector produtivo florestal em Portugal.

Este encontro revelou mais uma vez a abertura, o espírito de diálogo e de participação com os quais os problemas foram debatidos, reforçando o sentimento de cooperação entre as organizações associadas.

Eurosilvasur – Acção 1



O Eurosilvasur é um programa que reúne os três Países do arco atlântico: França Portugal e Espanha. Que se propõem, através da Acção

1, estudar os vários modelos organizativo que a Produção Florestal assume no sul da Europa e reflectir sobre as perspectivas de evolução.

Neste âmbito deslocou-se a França à região da Aquitânea, no passado mês de Novembro, uma delegação da *Forestis*, liderada pelo seu Presidente, Dr. Silva Ramos, que visou a apresentação da primeira fase do estudo em relação à situação actual da Produção Florestal no Norte de Portugal.

Durante os 4 dias do seminário, foram apresentadas com mais pormenor 2 cooperativas e uma sociedade de âmbito florestal que trabalham, há décadas, com os produtores florestais.

No entanto, é de realçar que, apesar da experiência acumulada, estas entidades ainda se debatem com algumas dificuldades nomeadamente na organização da oferta e comercialização.

CAOF – Comissão de acompanhamento das operações Florestais

O Grupo de trabalho de Operações Florestais GTOF foi recentemente institucionalizado tomando a forma de Comissão de acompanhamento das

operações Florestais, cuja missão é de gerar e trabalhar informação relacionada com tempos e custos das diferentes operações florestais que sirvam de suporte à decisão para determinar os montantes dos programas de apoio à floresta.

Esta comissão tem feito um esforço significativo em calcular custos correctos e que evitem a degradação de preços, no intuito de favorecer a vitalidade dos prestadores de serviços e, consequentemente, proporcionar o aumento da qualidade do serviço prestado. Aliás, este é o objectivo principal da *Forestis* como representante dos produtores florestais, que geralmente lidam com uma concorrência feroz entre os chamados empreiteiros que, na sua maior parte, apresentam uma capacidade técnica deficiente.

Não tendo interesse nenhum em que os preços dos factores de produção subam, a *Forestis* tem, no entanto, no âmbito desta comissão, tomado uma posição realista e responsável, possibilitando que os preços se formem de maneira a que todos os compromissos das empresas possam ser cumpridos, falamos nomeadamente do pagamento das contribuições e impostos a que estão por lei obrigados, sem que isso provoque a sua ruptura financeira.

Mas desde a primeira hora afirmamos que o nosso principal interesse é o de garantir a boa execução do investimento florestal e que isso só poder acontecer se as empresas tiverem capacidade técnica, que faça o acompanhamento e supervisão dos trabalhos florestais e trabalhadores florestais qualificados e justamente remunerados para se manterem na profissão durante longos períodos.

É neste sentido que continuaremos a participar na Comissão de acompanhamento e estamos certos que os representantes dos prestadores de serviços do lado das empresas terão também a mesma atitude responsável tomando medidas que favoreçam o aumento da qualidade do trabalho florestal prestado, apoiando as empresas nas lacunas que são por demais evidentes tanto a nível de qualificação profissional como a nível de gestão.

Temos a convicção que se cada um dos agentes agir, no âmbito das suas competências, teremos assegurada a sobrevivência das empresas que, já hoje, apresentam bons índices de qualidade e produtividade e a recuperação para um nível superior de outras que, actuando em contextos mais adversos, e estão por isso, hoje, em situação muito difícil.

IIº Seminário *Forestis*: «Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa»

No passado dia 13 de Outubro a *Forestis* organizou o seu IIº seminário: «Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa», iniciativa que teve um saldo amplamente positivo, já que o interesse que este tema suscitou fez com que mais de 300 pessoas, entre participantes, oradores e moderadores, estivessem presentes na Exponor num debate extremamente rico e útil. De facto, foi muito importante esta discussão pública ao permitir que diferentes pontos de vista, a par da apresentação de alguns sistemas de incentivos financeiros e fiscais para a floresta vigentes em países como a Espanha, França e Noruega, pudessem ser devidamente debatidos sobre algumas questões inerentes à sustentabilidade económica da floresta portuguesa.

O seminário teve a honra de contar com a participação de diversos representantes de entidades oficiais, destacando-se o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Eng. Victor Barros, o Vice-Governador Civil do Porto, Dr. Luciano Pereira, o Director Geral das Florestas, Eng. Carlos Morais, representantes da Comissão Parlamentar da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o Director Regional de Agricultura do Entre Douro e Minho, Dr. António Cêa, o Director Regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região Norte, Dr. Júlio Pereira, entre muitos outros.

Não podemos também deixar de agradecer a todas as entidades que nos apoiaram e que permitiram a realização deste evento, destacando-se a EXPONOR, BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, RGR – Reciclagem e Gestão de Resíduos, SEMANÁRIO ECONÓMICO, DIÁRIO ECONÓMICO, PORTUCEL VIANA, SOPORCEL, DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS, CELPA, IPAMB, e USSE-UNIÃO DOS SILVICULTORES DO SUL DA EUROPA.

A troca de opiniões e de experiências sobre a importância dos instrumentos financeiros e fiscais para a Floresta, veiculadas ao longo deste evento, permitiram a elaboração de conclusões extremamente importantes, das quais destacamos as seguintes:

1. É perfeitamente consensual a importância que hoje é atribuída à Floresta portuguesa, nomeadamente nas suas valências económicas, ambientais e sociais. No entanto, e com o intuito de assegurar a tão necessária sustentabilidade da floresta portuguesa, é necessário garantir a sua sustentabilidade económica, isto é, assegurar uma floresta

e formas de gestão economicamente interessantes para os proprietários florestais privados.

2. Relativamente à prevenção dos fogos florestais, confirmou-se que, apesar da actividade da CNEFF e dos significativos investimentos realizados, só no período 96 – 99 gastaram-se 12,68 milhões de contos, os fogos florestais não diminuíram, permanecendo uma grave ameaça à produção florestal nacional.

3. Salientou-se a importância de reforçar as Organizações de Proprietários Florestais e a sua capacidade de intervenção, assim como as organizações interprofissionais do sector, praticamente inexistentes, melhorando também a articulação e a coordenação dos esforços despendidos pelas entidades públicas, Estado e autarquias, e privadas.

4. Destacou-se a importância da formação profissional para o sector florestal, que, não obstante um investimento na ordem dos 726.000 contos na formação de proprietários e quadros técnicos nos últimos anos, apresenta ainda elevados índices de carência nesta área.

5. Constatou-se que países como a Espanha, França e a Noruega, já constituíram ou estão a implementar com sucesso instrumentos financeiros e medidas fiscais semelhantes às que o sector florestal português necessita.

6. Considerou-se que as iniciativas desenvolvidas pelos agentes do sector e pela Administração Pública, de que são exemplos, a Proposta para um

PUB.

Alfredo Moreira da Silva & Filhos, Lda.



Quinta da Revolta - Rua do Freixo - 4300-210 Porto
Tel.: 351 22 531 30 20 Telefax: 351 22 531 30 29
Email: viveiros.ams@mail.telepac.pt

O futuro das florestas está nas nossas mãos.

Pela experiência de tantos anos na Portucel e Soporcel, pelo vasto conhecimento que temos da floresta portuguesa, pelo recurso às técnicas florestais mais adequadas e pelo profundo respeito que temos pela Natureza e por Si, estamos aptos a otimizar a gestão da actividade florestal, de forma sustentável. Nas áreas de produção de plantas, arborização, conservação, defesa contra fogos, Informação e exploração florestal, gestão de espaços agro-florestais e ainda em projectos especialmente adaptados ao seu caso, asseguramos o melhor nível de qualidade de serviço a todos os nossos clientes.

Contacte-nos, porque o futuro das florestas também está nas suas mãos.

www.alflorestal.pt - Tel. 21 382 43 35



ALIANÇA
FLORESTAL

Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (BPI-AgroGes-Jaakko-Poyry), a Lei de Bases da Política Florestal e o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, apontam, desde já, para algumas das soluções possíveis em matérias financeiras e fiscais, extremamente necessárias para uma política de desenvolvimento sustentado do sector florestal.

7. Verificou-se que as evidentes dificuldades que a elaboração e implementação destes instrumentos apresentam (cooperação entre ministérios; desfavorável conjuntura em matérias financeiras e fiscais; o prazo extremamente limitado, até 2006), não podem ser razão para o seu adiamento, sob pena de se estar a cortar de forma eventualmente irreversível o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa.

8. Atendendo a que os actuais programas de apoio ao investimento para o sector têm como limite temporal o ano de 2006, concluiu-se ser necessário assegurar as condições para que a dinâmica de investimento em torno do tecido florestal produtivo, totalmente assente nestes programas de apoio, se mantenha no futuro.

Por fim, gostaríamos de referir que o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Eng. Victor Barros, louvou a *Forestis* por mais uma iniciativa cheia de oportunidade e de êxito, destacando-se no seu discurso, a referência à necessidade de **aumentar a atractividade do investimento na produção florestal**, promovendo mudanças ao nível dos seguros florestais, fiscalidade, apoio à criação de fundos imobiliários florestais e simplificação dos circuitos processuais de apoio ao investimento, **e ao apoio ao associativismo como um vector estruturante da política florestal**.

Seminário Internacional sobre Resíduos Florestais: Problemas e Possibilidades no Sul da Europa

A convite do CBE-Centro da Biomassa para a Energia, entidade responsável pela organização deste seminário, a *Forestis* participou, nos dias 9 e 10 de Novembro, neste evento. O seminário foi bastante interessante pela discussão gerada em torno dos temas em debate, nomeadamente: «Práticas mais adequadas de gestão e exploração dos resíduos da floresta mediterrânica, considerando os impactes económicos e ambientais», «O ponto de vista das Instituições e Associações» e «Dificuldades existentes para a produção de energia com base na biomassa. Apoios para a recolha e processamento dos resíduos na floresta. Disponibilidade de pontos de interligação. Tarifa verde. Processos de conversão energética».

Na comunicação apresentada, tivemos oportunidade de referir algumas questões relacionadas com este tema, nomeadamente no que concerne a limitações e dúvidas associadas à utilização dos resíduos florestais, que, no nosso entender, ainda não haviam sido devidamente esclarecidas necessitando de estudos e testes mais aprofundados, assim como a algumas das possibilidades e vantagens na sua utilização, para as características da floresta portuguesa.

VI Seminário Florestal organizado pela CELFLOR – O III QCA e a Floresta Portuguesa

No dia 7 de Dezembro de 2000, precisamente num daqueles dois dias de violenta tempestade que varreu o país, a CELFLOR, com o apoio da CMCB e a colaboração da DGF, DRABI, IFADAP e *Forestis*, levou a cabo, em Celorico da Beira, o seu VI Seminário Florestal.

O III Quadro Comunitário de Apoio e a Floresta Portuguesa foi o tema deste encontro. Especificamente foram abordados os seguintes temas:

- análise dos apoios ao investimento florestal no II QCA;
- apoios à produção florestal para o período 2000-2006;
- os fogos florestais e o investimento florestal;
- a formação profissional no sector florestal e associativismo florestal – Que futuro?

O tratamento destes temas esteve cronologicamente a cargo dos técnicos do IFADAP, da DGF, da DGDR e de um elemento da *Forestis*, ficando a coordenação dos debates assegurada pelos Directores de Serviços da DRABI e do IFADAP.

Apesar do contratempo do dia tempestuoso, que diminuiu presenças e provocou atrasos, é de realçar a presença empenhada, além de outras entidades, DRABI, IFADAP, Parque Natural da Serra da Estrela e Director Geral das Florestas – Eng. Carlos Morais que encerrou este seminário.

Foi interessante verificar que os representantes destas entidades se envolveram nesta iniciativa, também e assumidamente na sua qualidade de cidadãos interessados no desenvolvimento da floresta e no incremento e vitalidade do associativismo.

Em conclusão, parece legítimo afirmar que apesar dos atrasos de alguns instrumentos legais, as incertezas e expectativas dos proprietários florestais presentes encontraram alguns esclarecimentos úteis.

VIDA DAS ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS FILIADAS

Associação Florestal do Lima

Associações de Produtores Florestais reúnem e discutem os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para o Alto-Minho

Os princípios orientadores da política florestal definida na Lei de Bases da Política Florestal, nomeadamente os relativos ao aumento da produção florestal e à conservação da floresta e dos recursos naturais associados, implicam, entre outras medidas de política, a adopção de planos regionais de ordenamento florestal (PROF), promovendo a produção sustentada de bens e serviços, e definindo zonas de intervenção prioritárias para os diversos agentes públicos e privados. Como instrumentos sectoriais de gestão territorial, com incidência exclusiva sobre os espaços florestais, os PROF visam garantir uma profícua e efectiva cooperação entre o Estado e os proprietários florestais privados, responsáveis pela gestão da maior parte do património florestal.

A elaboração dos PROF é da competência da Direcção Regional de Agricultura que reunirá com a Comissão Mista de Acompanhamento que integra, entre outros, representantes das organizações de produtores florestais da área de incidência dos PROF e representantes dos órgãos de administração dos baldios.

A Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho – DRAEDM deixou à consideração dos órgãos de administração de baldios e das associações de produtores florestais a escolha dos seus representantes.

A Associação Florestal do Lima consciente da importância dos PROF, e tendo como associados vários órgãos de administração de baldios e produtores florestais, teve a iniciativa de convidar todos os órgãos de administração de baldios do Vale do Lima para uma reunião que se realizou no passado dia 4 de Setembro, no Auditório da Câmara Municipal de Ponte de Lima, para debater os PROF e eleger os representantes dos órgãos de administração de baldios do Alto Minho que integrarão a Comissão Mista de Acom-

panhamento da Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Os representantes eleitos para o Vale do Lima foram a Junta de Freguesia de Carreço (Viana do Castelo), Junta de Freguesia de Labruja (Ponte de Lima) e Junta de Freguesia de Rio Frio (Arcos de Valdevez).

Para a eleição dos representantes das associações de produtores florestais do Alto Minho, dando assim continuidade ao processo para a constituição da Comissão Mista de Acompanhamento, a Associação Florestal do Lima – AFL convidou todas as associações em causa para esta reunião à qual compareceram a Associação Produtores Florestais do Vale do Minho – APFVM, a Associação Florestal do Minho – AFM, a Associação dos Agricultores do Vale do Minho – AGRESTA e a Associação dos Jovens Agricultores do Minho – AJAM, apenas faltando a Associação para a Cooperação entre Baldios – ACEB.

Nesta reunião realizada no passado dia 27 de Outubro, na sede da Valima, em Ponte de Lima, os presentes debateram os Planos Regionais de Ordenamento Florestal – PROF e elegeram três representantes da região do Alto Minho para integrar a Comissão Mista de Acompanhamento da Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal na Região Agrária do Entre Douro e Minho – Alto Minho. Os representantes eleitos foram a Associação Florestal do Lima – AFL, Associação Produtores Florestais do Vale do Minho – APFVM e Associação dos Agricultores do Vale do Minho – AGRESTA.

Esta é mais uma iniciativa da Associação Florestal do Lima que tem como preocupação uma floresta sustentada, ordenada e produtiva, defendendo assim os seus associados e a sua região de intervenção.

O Presidente da Associação Florestal do Lima
(Joaquim Viana da Rocha)

Associação Florestal do Baixo Vouga

O Associativismo Florestal

O meio rural Português é, ainda, o espelho de uma política agrícola e florestal pouco meritória.

As orientações políticas para o sector florestal, em especial, têm resultado numa quase ausência de resultados, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento sustentável da floresta e da fileira florestal.

A diminuição drástica da população rural activa, bem patente no interior do país, e a alteração do relacionamento humano com os espaços florestais e agrícolas, fruto de desenvolvimento industrial e da baixa rendibilidade da agricultura, constituem um grande desafio que as autoridades devem combater, na ameaça de, a curto prazo, estabelecermos fronteiras geográficas que demarquem, ainda com maior evidência, a «riqueza» industrial e a «pobreza» rural.

Num panorama de desenvolvimento das potencialidades tecnológicas, industriais e dos serviços, urge apoiar, dinamizar e maximizar as capacidades e a produtividade do sector primário em geral e da fileira florestal em particular.

Assim, com o gradual abandono dos trabalhos agrícolas, o complemento com a actividade florestal, devidamente apoiada e com incentivos que, à partida, despertem a atenção do proprietário, surge como uma solução para fixar as populações às áreas rurais e estimular o desenvolvimento económico e social das regiões mais carenciadas do interior.

Obviamente que o desenvolvimento do mundo rural não passa só pelo espaço florestal. No entanto, o volume de emprego que cria e a riqueza que produz merece, das entidades competentes, uma maior atenção e um apoio económico mais marcante.

A característica minifundiária dos espaços florestais Portugueses, maioritariamente privados, obriga, na ausência de uma gestão eficaz por parte do Estado, a uma orientação por parte de iniciativas privadas dos proprietários florestais.

Com esta realidade, estão criadas todas as condições para a criação de Associações de Produtores Florestais.

Constituídas com a ajuda de apoios comunitários e com a cooperação e o aval das entidades estatais, estas Associações vieram preencher um vácuo na gestão das propriedades florestais privadas em Portugal. Com o intuito primeiro de

defender a floresta, como um todo, é na defesa dos produtores florestais, no apoio às práticas silvícolas, na elaboração e acompanhamento de projectos florestais, nos estudos de ordenamento florestal e nos cursos de formação nas áreas mais carenciadas do processo produtivo que estas Associações desenvolvem a sua actividade.

O estabelecimento de uma ponte entre o conhecimento académico e a prática ou o conhecimento empírico é, cada vez mais, uma necessidade para o desenvolvimento do sector e uma oportunidade única para criar uma visão integrada e consensualizada das prioridades a estabelecer pelo que, estas Associações, dado o seu amplo *Know-how*, são um elemento fundamental no processo de representação do proprietário perante as entidades Estatais competentes.

Como aposta, e como base de partida para uma política florestal coerente, algumas destas Associações, com mais ou menos recursos humanos e/ou meios técnicos, propõem efectuar estudos cartográficos das superfícies florestais, a nível da região onde se inserem, criando, assim, uma base de dados que identifique, de uma forma rápida e correcta, por exemplo, o cadastro ocupacional dos terrenos, áreas de risco e de perigo de incêndio, caminhos florestais, pontos de água, postos de vigia, enfim, as potencialidades e as necessidades da floresta num dado espaço.

Este trabalho requer, obviamente, tempo, meios técnicos e humanos, recursos financeiros e apoio Estatal, mas, convenhamos, o resultado deste trabalho, ou seja, a representação cartográfica do espaço florestal português numa base de dados devidamente estabelecida e, periodicamente, actualizada, é, sem dúvida, um instrumento precioso e imprescindível na gestão sustentável da floresta privada.

Mas, mais do que apoiar e aconselhar, estas Associações têm ao seu encargo tarefas de educação ambiental. Neste âmbito, as entidades estatais responsáveis não têm levado a cabo acções de cariz pedagógicas que, numa escala minimamente satisfatória, consigam preencher a lacuna de educação florestal em particular e ambiental em geral que, quer queiramos quer não, todos nós somos carentes.

As exigências do mercado actual criam necessidades e estas Associações, face às exigências e às lacunas do nosso sistema, são, sem dúvida,

uma imposição dos tempos modernos, de todo o interesse para o estado e uma mais-valia para o património florestal.

Um exemplo relativamente recente e que ilustra bem a necessidade de enveredar por esta via alternativa é a constituição da primeira Participada Comum, a «Aliança Florestal», que aglutina parte da Portucel e a Emporsil / Soporcel e vai assumir a gestão do património florestal das duas empresas, cerca de 180 mil hectares. Esta aliança representa uma redução de custos na ordem dos 800 mil contos / ano, sendo que 400 mil contos são referentes à redução de efectivos.

Esta atitude parte do acordo de duas empresas que, juntas, representam mais de 20% das plantações de eucalipto em Portugal, e deverá servir como exemplo aos proprietários privados para a necessidade de reduzir custos, já que, a médio prazo (para não dizer a longo prazo), não se vislumbra nenhuma melhoria nas condições de recepção de rolaria à porta das fábricas. Pelo contrário, são as próprias Celuloses que, actualmente, incentivam e alertam os proprietários florestais privados para urgência de criar mecanismos de redução de custos inerentes à actividade, que passa, obrigatoriamente, pelo Associativismo.

No entanto, as Associações de Produtores Florestais não vão, só por si, resolver todos os problemas da floresta Portuguesa. Na verdade, a simples existência destas Associações não garante, a curto ou a médio prazo, a prática, por parte dos proprietários, de uma silvicultura sustentável ou minimamente coerente com as actuais imposições; aliás, a simples existência destas Associações não garante, sequer, a tomada de consciência do proprietário para a necessidade do Associativismo florestal nem a adesão do proprietário à iniciativa. Por isso, o elemento «Estado» não deverá ser ausente neste processo e deverá, a seu tempo, para além do seu papel promotor e de sensibilização, ser o garante do seu pleno funcionamento, quer no aspecto financeiro quer no aspecto do cumprimento dos objectivos estabelecidos, de modo a maximizar a qualidade do trabalho e do desempenho das Associações que, com o tempo, saibam dar garantias do seu poder de intervenção e da real necessidade da sua existência no mercado.

Ainda assim, o futuro destas Associações é um pouco incerto. A debilidade financeira e a escassez de fundo de maneiço que a maioria das Associações de produtores vão, certamente, enfrentar, especialmente na fase «pós-subsídios»,

poderá ser o factor decisivo para a extinção de muitas estruturas constituídas. É por isso que os Técnicos Florestais deverão intensificar a assistência ao produtor no terreno, de modo não só a criar «laços» entre Associações e Associados mas, também, de modo a melhor assistir às questões e dificuldades com que os proprietários se debatem diariamente. Deste modo, garante-se a solvabilidade de uma instituição que, logo à partida, é um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável da floresta Portuguesa.

Se as Associações não conseguirem, num futuro muito próximo, assumir-se e resolver os problemas de gestão dos produtores florestais, ficará desimpedido o caminho para a constituição de Sociedades anónimas, criadas por fortes grupos económicos, que na primeira oportunidade, tornar-se-ão «donas» da gestão dos espaços florestais privados. Com isto, a gestão da floresta privada será feita, claro está, de uma forma mais economicista com vista na obtenção de lucro, mas que, a curto prazo, gerará uma margem de rentabilidade com que as actuais Associações, hoje, nem sequer esperam alcançar. A acontecer, não tenhamos qualquer dúvida que o Estado, na devida altura, apoiará esta iniciativa e dotará estas empresas de plenas condições para o desenvolvimento do seu trabalho.

Numa Europa em que Produtores Florestais Privados, para além de serem agentes com alguma representatividade na fileira florestal dos seus países são detentores de cotas na Indústria de trituração, em Portugal, inversamente, corre-se o risco de os grupos económicos detentores de grandes superfícies florestadas serem cada vez mais auto-suficientes e o proprietário privado ver o seu poder e a sua representatividade, gradualmente, diminuída e atenuada.

No fundo, e como nota final, é de realçar que os apoios financeiros que estas Associações têm tido não são mais do que um «presente envenenado».

E porquê?

Porque, desta forma, o Estado, sub-repticiamente, transfere para as Associações competências e responsabilidades que, na teoria, cabem única e simplesmente ao próprio Estado, reduzindo, lentamente, custos internos, criando oportunidades de emprego, enfim, camuflando o seu *laisser faire* e imiscuindo-se do acto de criar um património florestal sustentável e de orgulho nacional.

PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

«Estudo Diagnóstico de Prevenção Florestal para a área do Grande Porto»



No passado dia **4 de Outubro, no Fórum da Maia**, a Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto – realizou a sua **IIIª Jornada Técnica**. Esta jornada teve como objectivo a apresentação e discussão do «Estudo diagnóstico de prevenção florestal para a área do Grande Porto», estiveram presentes além de proprietários florestais várias entidades ligadas ao sector florestal.

Na sessão de abertura, estiveram presentes representantes da Câmara Municipal da Maia, da Direcção Geral das Florestas, Comissão Nacional Especializada Fogos Florestais, da Direcção Regional de Agricultura Entre Douro e Minho e da Direcção Portucalea. O primeiro painel teve como tema «Apresentação do estudo diagnóstico de Prevenção Florestal para a área do Grande Porto», tendo sido moderador o Eng. Pinho de Almeida (DGF), os oradores deste painel foram o Eng. Sérgio Marabuto (*Forestis*) e Eng. Teresa Ramos Neves (Portucalea) que fizeram apresentação do estudo (a metodologia utilizada, a cartografia de área florestal, do risco de incêndio, das infra-estruturas florestais, bacia de visão dos postos vigia, as dificuldades existentes na prevenção e combate aos incêndios florestais) e o Prof. Hermínio Botelho (UTAD) que fez uma análise do estudo. No segundo painel, foi realizado uma mesa redonda sobre a necessidade de existência do estudo apresentado, sua aplicação prática, necessidade de

actualização constante do estudo efectuado, propostas de trabalho. Nesta mesa participaram Prof. João Bento (UTAD) como moderador e como convidados Dr. António Cêa (DRAEDM), Prof. Hermínio Botelho (UTAD), Eng. Moreira da Silva, Eng. Manuel Marabuto (Portucalea), Eng. Teresa Alves da Silva (DGF) e Eng. Silvino Sousa (DRADM). A realização desta mesa redonda permitiu um debate dinâmico e participado entre todos os intervenientes deste evento. Destas Jornadas saíram como principais conclusões:

- a floresta do grande Porto tem que ter como objectivo o uso múltiplo (e não só a produção de lenho), pela sua especificidade de floresta periurbana, com uma utilização social activa;
- necessidade de ordenamento e gestão da floresta do grande Porto, através do associativismo florestal, de acções de silvicultura preventiva e incentivos ao investimento florestal com empréstimos a juros bonificados;
- carências na fiscalização da área florestal desta região, pois as diversas actividades humanas que se realizam na base do bloco florestal (indústrias, lixeiras, actividades agrícolas, lazer e outras diligências) provocam anualmente a eclosão de incêndios florestais com consequências graves;
- a utilização deste estudo nos Planos Municipais Intervenção Florestal (PMIF's) e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's);
- aplicação do estudo através de uma estratégia intermunicipal, parceria entre as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias do Grande Porto e a Portucalea.

Na sessão de encerramento, estiveram presentes o Governador Civil do Porto, Prof. João Bento, Presidente da *Forestis* e o Presidente da Portucalea.

Catarina Quintela (Eng. Florestal) – Técnica da Portucalea

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO DOURO NORTE AFLODOUNORTE

SEMINÁRIO «USO MÚLTIPLO DA FLORESTA»

Realizou-se no dia 8 de Dezembro, no Auditório da Câmara Municipal de Murça, uma Jornada Técnica, promovida pela **Associação Florestal do Vale Douro Norte**, onde foram abordados alguns aspectos relativos ao «**USO MÚLTIPLO DA FLORESTA**».

Honrou-nos com a sua presença, na sessão de abertura, o Eng. Paredes (Sub. Director Regional



da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro) e o Presidente da Câmara Municipal de Murça (Sr. José Gomes).

O Auditório apresentava-se cheio com sócios e convidados. Após a sessão de abertura, foi constituída a mesa com a oradores sendo o moderador o Sr. Cor. Machado Aires, representante da **FORESTIS**.

Os temas apresentados foram os seguintes:

- **A Arqueologia e a floresta**, a cargo da Prof. Dr^a. Maria de Jesus Sanches, Professora e Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- **Cogumelos – Aproveitamento Sustentável de Cogumelos Silvestres**, a cargo da Eng. Guilhermina Marques, Professora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
- **Gestão Florestal Associada às Espécies Cinegéticas**, a cargo do Eng. Paulo Cortês, Professor da Escola Superior Agrária de Bragança.

É de salientar a importância e o profissionalismo evidenciado pelos Oradores na apresentação dos temas, que exemplarmente souberam adaptá-los à audiência, revelando assim, para além de conhecimento profundo, grande experiência de ensino.

A fase de debate foi amplamente participada, como corolário do interesse com que foram seguidas as comunicações.

Apresentamos seguidamente em termos de conclusão, os aspectos que foram mais importantes de cada intervenção.

A ARQUEOLOGIA E A FLORESTA

– Os recursos arqueológicos, com reservas de conhecimento, não renováveis, devem ser conhecidos, preservados e geridos.

– A Arqueologia tem actualmente mais interesse nos documentos que permitem reconstituir os ecossistemas e os modos como as populações as gerem, de que nos artefactos/instrumentos (machados,...).

– O modo de gestão florestal não é incompatível com a gestão do património arqueológico.

COGUMELOS

– É na floresta que se encontram as espécies mais apreciadas e valorizadas de cogumelos silvestres.

– Muitos destes fungos vivem associados às raízes das árvores, beneficiando assim a floresta, nomeadamente na melhoria da nutrição e protecção contra doenças.

– Os recursos emicológicos devem ser geridos, usando-se práticas de colheita que protejam estes fungos e não ponham em risco a sua sobrevivência.

– A formação, a aplicação do código de conduta do colector, a regulamentação da colheita e comercialização dos cogumelos são medidas importantes para a conservação destes recursos naturais.

– Para os consumir é necessário conhecê-los.

A GESTÃO FLORESTAL ASSOCIADA ÀS ESPÉCIES CINEGÉTICAS

– Há espécies cinegéticas que se adaptam mais às florestas, e outros que necessitam de áreas não florestais.

– A condução das povoamentos deve ter em conta objectivos claros em termos de aproveitamento cinegético de modo a permitir a criação de zonas propícias para a fauna no interior das grandes manchas florestais.

O debate foi encerrado por volta das 16.00 horas, estando previsto para as 12,30 horas, o que atesta o grande interesse suscitado pelos temas. Seguiu-se a sessão de encerramento presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Murça, em representação do Governador Civil do Distrito de Vila Real, que não pôde estar presente.

Seguiu-se um passeio onde nos foi proporcionado visitar um monumento megalítico – Mamoia, em fase de restauro, localizada na localidade de Castelo, da Freguesia de Jou, Concelho de Murça.

Esta obra de restauro tem vindo a ser efectuada sob supervisão da arqueóloga Maria de Jesus Sanches.

A partir das 18.00 horas foi servido, na Escola Secundária de Murça, uma refeição a que se chamou «Jantar Florestal», designação justificada pela ementa – Cogumelos (míscaros), sopa de castanhas e feijoada de Javali: tudo produtos naturais do concelho de Murça. O repasto, como não podia deixar de ser, foi «regado» com os famosos vinhos tinto e branco e Porto da **Adega Cooperativa de Murça – Caves da Porca**, e por ela oferecido, foram também patrocinadores deste Seminário o **Governo Civil de Vila Real, CNEF – Del. Reg. de Trás-os-Montes, Câmaras Municipais de Vila Real e Murça. Escola EB, 2,3 e Secundária de Murça e Juntas de Freguesias de Murça e Jou.**

Cor. António Manuel Machado Aires

(Presidente da Mesa Assembleia Geral da Aflodounorte)

ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉCN.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fracção C – cave tras. – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: 255 783 979 • Telem.: 96 256 86 59	Eng. Amália Neto e Eng. Alexandre Gomes
CELFLO – Ass. Prod. Florestais	R. Andrade Corvo, Ed. Câm. Mun. • 6360-331 Celorico da Beira Tel. / Fax: 271 741 307 • Telem.: 96 250 20 36	Eng. Marisa Martins e Eng. Paulo Mimoso
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República • 4990 Ponte de Lima Telem.: 917 625 099 • Tel./Fax: 25 894 41 03	Eng. Sónia Marques e Eng. Nuno Sousa
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt. 14, 2º D – Cabeceiras de Basto 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: 253 665 309 • Telem.: 96 804 41 63	Eng. Artur Mota
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng. André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950-491 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 453 31 79 e 96 453 36 09	Eng. Margarida Barbosa e Eng. Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng. António Neto
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – Lº. do Pelourinho – Apartado 38 • 45090 Murça Tel.: 259 511 712 • Telem.: 93 955 40 42	Eng. João Teixeira
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng. Teresa Neves
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Tournal • 5320-311 Vinhais Tel./Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 2404007	Eng. António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tel./Fax: 256 949 041 • Telem.: 96 267 51 63	Eng. Jorge Cunha e Eng. Ricardo Sousa
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhô • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Gulmarães Tel.: 253 55 37 76 • Telem.: 91 740 69 89	Eng. Rui Guimarães e Eng. Cristina Gonçalves
FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões	(Sede prov.) Drizes, Bairro Novo • Apartado 23660 S. Pedro do Sul Fax: 232 712 696 • Telem.: 96 776 37 16	-
AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente	Mercado Municipal, loja 34 • 5340 Macedo de Cavaleiros Tel.: 2 784 216 98 • Telem.: 93 620 06 20	Eng. Paulo Alexandre e Eng. Marisa Martins
URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Av. dos Bombeiros Voluntários – Ed. Mercado Municipal – Cave • 6290-520 Gouveia Tel.: 238 498 160 • Fax: 238 498 159 • Telem.: 91 933 65 82	Eng. Rui Xavier
Associação Florestal do Balço Vouga	Centro Coordenador Transportes, Loja 7 • 3850-022 Albergaria-a-Velha Telem.: 917 133 536	Eng. Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	Av. Emídio Navarro, nº 27, 3º – Loja 24 A/D – Académico • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 422 568	Eng. José Teixeira
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Boticas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 962 683 270	Eng. Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Celra	3300 Vila Nova de Celra Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176 • Telem.: 91 733 63 34	Eng. Rui Giestas